

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**MATHEUS BARBOZA DA SILVA**

**O CADASTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS (CADSOL) COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO E  
FORTALECIMENTO DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS: UM ESTUDO A PARTIR  
DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS ACOMPANHADO  
PELA INCUBES/UFPB**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2025**

MATHEUS BARBOZA DA SILVA

**O CADASTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS (CADSOL) COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO E  
FORTALECIMENTO DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS: UM ESTUDO A PARTIR  
DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS ACOMPANHADO  
PELA INCUBES/UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Gestão Pública da Universidade Federal  
da Paraíba, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em Gestão  
Pública.

Professor Orientador: Dr. Vanderson  
Gonçalves Carneiro

JOÃO PESSOA – PB  
2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586c Silva, Matheus Barboza da.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) como instrumento de reconhecimento e fortalecimento dos grupos solidários: um estudo a partir da experiência do Projeto Feiras Solidárias acompanhado pela INCUBES/UFPB / Matheus Barboza da Silva. - João Pessoa, 2025.

31 f.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Economias solidárias. 2. CADSOL. 3. Políticas Públicas. I. Carneiro, Vanderson Gonçalves. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(043)

# MATHEUS BARBOZA DA SILVA

## O CADASTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (CADSOL) COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS: UM ESTUDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS DA INCUBES/UEPB

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso de  
Graduação em Gestão Pública da  
Universidade Federal da Paraíba como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharelado em Gestão Pública.

**Professor Orientador: Vanderson  
Gonçalves Carneiro**

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **VANDERSON GONCALVES CARNEIRO**  
Data: 08/05/2025 16:12:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Orientador: Vanderson Gonçalves Carneiro

Documento assinado digitalmente  
 **ROSANGELA ALVES BOLTE**  
Data: 08/05/2025 09:14:59-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Avaliador(a): Rosangela Alves Bolte

Documento assinado digitalmente  
 **CARLA CALIXTO DA SILVA**  
Data: 08/05/2025 08:45:32-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Avaliador(a): Carla Calixto da Silva

João Pessoa, 28 de abril de 2025.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que a caminhada nunca é solitária. Por isso, neste momento tão especial, expresso minha mais sincera gratidão àqueles que, com amor, apoio e presença, foram essenciais na minha trajetória.

Agradeço, primeiramente, à minha madrinha espiritual, Nossa Senhora de Fátima, por sua constante intercessão. À minha mãe, dona Lourdes, mulher guerreira, que como empregada de família nunca mediu esforços para garantir minha educação, minha eterna gratidão. À Associação Clube das Mães, onde fui alfabetizado e aprendi que crianças da favela também podem sonhar alto, meu respeito e reconhecimento.

À amiga Elisangela, por me apoiar sem exigir que eu fosse diferente de quem sou. À Morgana, por acreditar e me ajudar a permanecer, mobilizando sua família para me garantir um teto até a chegada da bolsa.

Louise, Fernanda, Laura, Chico, Irismá, Juliany e Emily, obrigado por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis, com palavras, acolhimento e cuidados de irmãos, e me ajudarem dividindo o que tinham. À Izabel, por desde o primeiro dia me acolher em sua vida e família, e sem pensar, me ajudou.

Aos professores Vanderson Carneiro e Carla Calixto, meu profundo respeito. Foram mais que docentes: foram guias, conselheiros e apoio em todas as fases do curso.

Agradeço também aos amigos Thalita, Felipe, Ketlyn, Adalberto, David e Gabriel, por me defenderem e me fazerem sorrir quando tudo parecia ruir. À INCUBES, minha casa acadêmica e profissional, e às pessoas que a compõem, Claudete, Dani, Renata, Henrique, Gabriela Lima, Letícia, Heloyse e os demais que passaram, obrigado por acreditarem em mim.

À Elaine, Rodrigo, Daniel, Paulo, Lanny, Francimar e Vânia, que me acolheram com afeto e confiança e me deram oportunidade de crescer, amizade que vai além do só ser amigos.

À professora Allyne Almeida, por sua escuta sensível e presença generosa, e à Ellen, por me lembrar que eu não estava só e que não podia desistir, quando eu só via o mundo ruir. Por fim, agradeço a todos os amigos e companheiros que caminharam comigo, mesmo não citados. Sem vocês, eu não teria vencido.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1 INTRODUÇÃO .....	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
3 METODOLOGIA .....	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	18
<u>4.1</u> Organização interna e autogestão.....	18
<u>4.2</u> Solidariedade e Práticas Comunitárias .....	19
<u>4.3</u> Sustentabilidade e Desafios.....	21
<u>4.4</u> Análise de Perfis dos grupos e limites cadsol .....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
REFERÊNCIAS .....	30

**O CADASTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS (CADSOL) COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO E  
FORTALECIMENTO DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS: Um estudo a partir da  
experiência do projeto feiras solidárias da incubes/ufpb**

*Matheus Barboza da Silva*

*Autor*

*Vanderson Gonçalves Carneiro*

*Orientador*

**RESUMO**

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi criado como ferramenta estratégica de reconhecimento institucional e fortalecimento dos grupos que compõem a economia solidária no Brasil. No entanto, sua capacidade de captar as especificidades desses empreendimentos ainda é uma questão pouco explorada, especialmente no que se refere à seção de caracterização presente no formulário do cadastro. A partir da vivência de cinco anos na área e da atuação como extensionista na Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB), este estudo analisou o perfil dos grupos participantes do Projeto Feiras Solidárias com o objetivo de verificar se os critérios utilizados pelo CADSOL refletem a realidade organizacional, econômica e social desses empreendimentos. Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada em observações de campo e aplicação de um questionário próprio, foram identificadas lacunas importantes no reconhecimento das práticas de autogestão, solidariedade e cooperação, além de dificuldades de acesso ao sistema e à linguagem utilizada no formulário. Os resultados revelam que, embora o CADSOL avance na institucionalização da economia solidária, ainda carece de ajustes que levem em consideração as diversas formas de organização e os desafios enfrentados pelos grupos, sobretudo os informais. Conclui-se, portanto, que o aprimoramento do cadastro passa por um olhar mais sensível e territorializado, capaz de acolher a pluralidade da economia solidária brasileira.

**PALVRAS CHAVES:** Economias Solidária, CADSOL, Políticas Públicas

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária (ES) tem se consolidado no Brasil como uma alternativa concreta às desigualdades provocadas pelo modelo capitalista tradicional. Marcada por uma lógica de produção, distribuição e consumo pautada na cooperação, na autogestão, na solidariedade e na valorização do trabalho humano, a economia solidária propõe uma reorganização profunda da vida econômica, social e ambiental. Como destaca Paul Singer (2002), um dos principais intelectuais a sistematizar o campo no Brasil, trata-se de um movimento que emerge de baixo para cima, nascido da criatividade e resistência popular diante da exclusão social e do desemprego estrutural. Não é uma política compensatória, mas uma proposta de reorganização do sistema produtivo que valoriza a dignidade humana, a coletividade e a sustentabilidade.

Desde os anos 1990, com o aumento das demissões em massa, a informalidade crescente e o esgotamento do modelo de crescimento concentrador, a economia solidária tem sido uma resposta organizada da sociedade civil frente à exclusão. A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no início dos anos 2000, o tema passou a ganhar maior institucionalidade no Brasil, incluindo o surgimento do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), da Política Nacional de Comercialização Solidária, entre outros marcos importantes. Ainda assim, um dos grandes gargalos permanece: a ausência de dados atualizados, integrados e sensíveis à diversidade das práticas solidárias

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), ferramenta criada para reconhecer e mapear os empreendimentos, enfrenta severas limitações. A começar pelo fato de estar ancorado em uma base de dados desatualizada — o último levantamento nacional foi realizado há mais de uma década. Além disso, os critérios adotados para caracterização dos empreendimentos nem sempre contemplam a pluralidade de formatos organizativos da economia solidária, como grupos informais, coletivos territoriais, redes de trocas e fundos rotativos populares. Expressões legítimas da autogestão e da cooperação acabam invisibilizadas por não se enquadrarem nos modelos burocráticos tradicionais exigidos pelo Estado. Como destacam França Filho e Eynaud (2020), a economia solidária desafia os marcos clássicos de reconhecimento institucional, exigindo metodologias mais dialógicas, horizontais e sensíveis à realidade dos grupos.

A situação é ainda mais crítica quando se considera o novo momento vivido pela economia solidária no Brasil. A recente promulgação da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), representa um avanço histórico ao estabelecer diretrizes claras para o fortalecimento, financiamento e institucionalização do campo. A lei reconhece os empreendimentos solidários como sujeitos econômicos, sociais e culturais, com direito a políticas públicas específicas, mecanismos de financiamento e instrumentos próprios de apoio e reconhecimento. Porém, sem dados confiáveis e metodologias ajustadas, há o risco de que tal política seja implementada com base em diagnósticos incompletos ou distantes da realidade concreta dos grupos.

Na Paraíba, o avanço também tem sido significativo. O estado conta com dois marcos legais: a Lei nº 11.008/2017, que define e conceitua a economia solidária com base em princípios como a democracia, a equidade, a cooperação, a autogestão e a valorização ambiental; e a Lei nº 11.499/2019, que institui a Política Estadual de Economia Solidária, criando o Conselho Estadual e abrindo espaço para a participação direta da sociedade civil na formulação das políticas públicas.

O reconhecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento regional se materializa também na criação da Secretaria Estadual da Economia Solidária, estrutura pioneira no Nordeste. Essa arquitetura institucional foi construída de forma coletiva, com ampla participação de entidades da sociedade civil e de universidades públicas.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB), da qual este autor faz parte há cinco anos, foi protagonista nesse processo, articulando ações integradas com o governo estadual, realizando formações, assessorando grupos e contribuindo diretamente na redação e mobilização em torno das legislações.

A vivência no campo, especialmente a partir do Projeto Feiras Solidárias — Extensão da INCUBES que reúne grupos solidários de João Pessoa e região, para formação e práticas em feiras autogestionárias mensais, ao se torna o coletivo ECOFEIRAS — tornou evidente um paradoxo central: muitos grupos que praticam efetivamente os princípios da economia solidária encontram dificuldades em acessar o CADSOL por conta de exigências formais, conceitos pouco claros ou linguagem

inacessível. Mesmo aqueles com forte atuação comunitária, práticas ambientais e decisões coletivas ficam à margem do sistema por não possuírem CNPJ, atas ou registros jurídicos formais. Isso aponta para um descompasso entre a realidade viva dos grupos e os instrumentos oficiais que deveriam reconhecê-los

Até onde se tem conhecimento — com base em revisão bibliográfica atualizada e pesquisa em bases oficiais — não há, até o presente momento, estudos acadêmicos que tenham desenvolvido e aplicado um questionário alternativo ao CADSOL com foco específico na realidade de grupos acompanhados por uma incubadora universitária, tampouco com base em princípios da escuta ativa e da co-construção metodológica. Dessa forma, este trabalho propõe uma contribuição original e inédita para o campo da economia solidária e da gestão pública.

O objetivo principal é analisar criticamente os critérios de caracterização do CADSOL, com foco na sua capacidade de reconhecer a diversidade dos empreendimentos solidários, e construir um instrumento alternativo que seja mais sensível às vivências e práticas desses grupos. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar os padrões organizativos e funcionais dos grupos do Projeto ECOFEIRAS; (2) avaliar a aderência dos critérios atuais do CADSOL aos princípios da economia solidária; e (3) propor, a partir da escuta dos grupos, um instrumento mais adequado de reconhecimento.

Este trabalho está ancorado em autores que pensam a economia solidária a partir de uma perspectiva crítica e transformadora. Além de Paul Singer (2002), dialoga com Gaiger e Laville (2009), Santos (2019), França Filho e Eynaud (2020), Oliveira Filho (2023), Anjos e Ramos (2024), entre outros, que defendem a necessidade de políticas públicas construídas a partir dos territórios, das práticas cotidianas e da valorização do saber popular.

Assim, este estudo pretende contribuir não apenas para o aprimoramento do CADSOL, mas para o fortalecimento da economia solidária como um eixo estruturante de um novo modelo de desenvolvimento — mais justo, democrático e comprometido com a vida. Ao conectar teoria e prática, universidade e território, dados e vivências, o trabalho reafirma a importância da escuta qualificada como ponto de partida para políticas públicas verdadeiramente transformadoras.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A economia solidária representa um campo plural e dinâmico de práticas econômicas coletivas que desafia diretamente os fundamentos do modelo capitalista tradicional ao propor formas alternativas de organização da produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Essas formas são baseadas na cooperação, solidariedade, autogestão e na valorização do trabalho humano, da cultura local e do meio ambiente. Em contraste com a lógica dominante de mercado, que privilegia a acumulação de capital e a concorrência, a economia solidária busca construir um modelo centrado no bem viver, no fortalecimento de vínculos comunitários e na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento territorial.

Paul Singer (2002), uma das principais referências teóricas no campo, define a economia solidária como um modelo que se estrutura a partir de redes de trabalho cooperativo, nas quais a produção e o consumo são organizados coletivamente e orientados por valores humanos, democráticos e ambientais. Esse modelo, ao mesmo tempo em que enfrenta as contradições do sistema econômico vigente, promove novas formas de relações sociais, nas quais o trabalho e a vida são colocados no centro do processo econômico. Trata-se de uma estratégia de resistência e criação de alternativas sustentáveis, sobretudo entre populações historicamente excluídas das dinâmicas econômicas formais (Anjos & Ramos, 2024).

A economia solidária também se destaca por seu caráter educativo e emancipador. Conforme apontam Azevedo, Morais e Chiariello (2021), o conhecimento produzido nesse campo é coletivo, vivenciado na prática e voltado para a transformação social. A dimensão formativa da economia solidária está diretamente ligada ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos, estimulando a construção de saberes baseados na experiência, no diálogo e na ação coletiva. Essa pedagogia solidária reforça o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras na definição de seus rumos econômicos, políticos e culturais.

Apesar de seu potencial transformador, a economia solidária ainda enfrenta desafios estruturais importantes. Segundo Gaiger e Laville (2009), a falta de capitalização, o acesso restrito a mercados institucionais e privados, a precariedade de infraestrutura e a necessidade constante de inovação tecnológica constituem barreiras à sustentabilidade

dessas iniciativas. Além disso, a ausência de reconhecimento institucional mais amplo limita sua inserção nas políticas públicas de desenvolvimento. Nesse contexto, a atuação do Estado torna-se fundamental para apoiar, consolidar e integrar essas experiências no planejamento e nas ações estruturantes das políticas econômicas e sociais.

A promulgação da Lei nº 15.068/2024, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), representa um marco legal relevante nesse processo. Essa legislação estabelece diretrizes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários, a valorização da autogestão e o acesso ampliado a instrumentos de financiamento e mercados públicos e privados (BRASIL, 2024). Ao reconhecer a economia solidária como um eixo estruturante do desenvolvimento nacional, a lei também aponta para a necessidade de reformular os mecanismos estatais de apoio e reconhecimento.

Durante crises econômicas e sanitárias, como a pandemia de Covid-19, a atuação dos empreendimentos solidários demonstrou sua importância estratégica para a manutenção do consumo local, da segurança alimentar e da geração de renda em contextos vulnerabilizados. Ferreira, Barboza e Toca (2024) evidenciam como essas iniciativas desempenharam um papel central na sustentabilidade de muitas famílias e territórios, funcionando como redes de solidariedade que mantiveram o fluxo econômico e os laços sociais ativos.

Nesse cenário, o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) aparece como um dos principais instrumentos de reconhecimento público dessas experiências. Criado pela Portaria MTE nº 374/2014 e reformulado pela Portaria nº 1780/2014, o CADSOL tem por objetivo identificar, registrar e sistematizar informações sobre os empreendimentos solidários existentes no Brasil. Seu funcionamento, no entanto, depende não apenas da adesão dos grupos, mas da capacidade institucional de acolher a diversidade de formas organizativas que caracterizam o campo.

Embora o cadastro permita a inscrição de grupos informais, o processo não é simples. O acesso à plataforma gov.br exige conectividade, letramento digital e organização documental. Muitos empreendimentos encontram dificuldades em reunir os materiais solicitados, como atas, registros fotográficos e descrições detalhadas das atividades. Após a inscrição, a validação depende de comissões estaduais ou nacionais, o que pode gerar incertezas, atrasos e exclusão de grupos que, apesar de atuarem

cotidianamente com os princípios da economia solidária, não conseguem comprovar sua existência através da lógica burocrática exigida.

A tipologia dos empreendimentos é diversa, como destaca Gaiger (2020), e requer instrumentos sensíveis às especificidades territoriais, às formas de organização coletiva e às dinâmicas locais. Nessa perspectiva, é urgente pensar em metodologias de reconhecimento que se aproximem das práticas concretas dos grupos. França Filho e Eynaud (2020) propõem a construção de uma "outra gestão", baseada no diálogo entre saberes populares, acadêmicos e institucionais, que reconheça as experiências solidárias como formas legítimas e potentes de organização econômica.

Essa visão é reforçada por Santos (2019), que argumenta que a economia solidária deve ser compreendida como um projeto de sociedade e não apenas como uma política pública setorial. Para isso, é fundamental que o reconhecimento institucional não se restrinja a aspectos formais, mas considere também as dimensões simbólicas, subjetivas e políticas que estruturam essas práticas econômicas. Anjos e Ramos (2024) complementam essa análise ao afirmar que a construção de uma tipologia baseada nos atributos dos trabalhadores solidários pode subsidiar políticas mais eficazes, ajustadas às realidades diversas dos grupos.

Nesse sentido, a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES) oferece um exemplo concreto de como uma prática universitária pode contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas. Fundada em 2001, a INCUBES atua através de metodologias de educação popular, formação política e extensão universitária crítica, desenvolvendo assessorias técnicas, cursos, pesquisas e atividades de apoio a políticas públicas. Em 2023, por meio do PROBEX/UFPB, a INCUBES criou o Projeto Feiras Solidárias, que passou a realizar feiras mensais com grupos da região metropolitana de João Pessoa.

Essas feiras funcionam como espaços de formação, troca de saberes, comercialização coletiva e fortalecimento de redes territoriais. Além disso, se configuram como oficinas de autogestão, onde os grupos planejam, organizam e executam suas próprias ações, ampliando seu protagonismo. Oliveira, Barboza e Carneiro (2023) destacam que essas feiras são espaços estratégicos onde os valores da economia solidária se materializam cotidianamente em suas dimensões políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Portanto, a proposta deste trabalho parte da vivência com a INCUBES e com o Projeto Feiras Solidárias para propor um questionário alternativo ao CADSOL, mais adaptado à realidade dos grupos solidários da Paraíba. Acredita-se que uma ferramenta construída a partir da escuta ativa, da realidade concreta e do diálogo com os sujeitos poderá contribuir para a construção de um reconhecimento mais efetivo, justo e transformador. Ao reconhecer a economia solidária como um eixo estruturante de desenvolvimento, amplia-se a possibilidade de uma transição para um modelo econômico mais inclusivo, cooperativo e sustentável.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão aprofundada das vivências, desafios e estratégias dos empreendimentos econômicos solidários integrantes do Projeto ECOFEIRAS, promovido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB). Essa abordagem metodológica foi escolhida por permitir captar nuances subjetivas, simbólicas e contextuais que atravessam as práticas de autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade, aspectos que frequentemente são invisibilizados por métodos quantitativos ou instrumentos padronizados e mais restritivos.

A delimitação empírica desta investigação concentrou-se no universo da INCUBES/UFPB, onde atuo como extensionista há aproximadamente cinco anos. Nesse período, participei diretamente das ações do Projeto Feiras Solidárias, conhecido como ECOFEIRAS, que reúne, até o momento, quatorze grupos cadastrados. Desses, dez estão em plena atividade. Para a etapa de coleta de dados, sete grupos efetivamente participaram da pesquisa, tendo seus representantes respondido ao questionário elaborado. Essa amostra, apesar de reduzida, é justificada por diversos fatores: limitações de tempo, dificuldades logísticas, agendas divergentes dos grupos, bem como perfis diversos de atuação e engajamento. É importante reconhecer essa limitação de amostragem de forma transparente, destacando que o foco da pesquisa recaiu sobre a profundidade qualitativa da análise, e não sobre a abrangência estatística ou a generalização dos resultados.

A primeira etapa metodológica consistiu em uma análise documental e exploratória do formulário oficial do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). Contudo, enfrentei obstáculos técnicos e institucionais no acesso direto à plataforma do sistema. A cartilha e o sistema de cadastramento do CADSOL, no momento da pesquisa, estavam acessíveis apenas a usuários vinculados a contas de e-mail do domínio Outlook, inviabilizando o registro por meio de contas pessoais, novas ou de terceiros, em razão das políticas de autenticação e da rastreabilidade das informações. Como usuário já vinculado à política pública, um eventual acesso com minha identidade poderia gerar duplicidade de cadastros, o que comprometeria a integridade do sistema e configuraria risco de inconsistência de dados.

Diante desse cenário, acessei o sistema CADSOL com login de terceiros, exclusivamente para fins exploratórios e sem realizar qualquer tipo de cadastro ou registro de dados. A navegação foi conduzida com máximo cuidado, em consonância com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei n.º 13.709/2018). Para garantir o respeito à privacidade e à integridade das informações, optei por transcrever no corpo do trabalho, de forma manipulada e sem expor conteúdos sensíveis, os principais campos e informações exigidas na seção de caracterização do sistema CADSOL.

Entre os aspectos analisados no formulário estão: (1) as instâncias coletivas de decisão, como a realização de assembleias gerais ou reuniões do coletivo de sócios(as); (2) o tipo de deliberações tomadas em assembleia, como a definição de planos de trabalho ou decisões sobre as atividades cotidianas da iniciativa; (3) a periodicidade das reuniões (semanal ou quinzenal); (4) a motivação da criação do grupo (por exemplo, como uma alternativa ao desemprego); (5) a vinculação a fóruns ou redes de apoio, a exemplo do Fórum de Economia Solidária da Paraíba; (6) a origem do empreendimento (se possui vínculo com comunidades ou povos tradicionais); (7) o interesse em participar de formações promovidas pela SENAES, como a formação de lideranças; (8) a adesão voluntária ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), regido pelo Decreto n.º 7.358/2010 e pautado em princípios como justiça social, sustentabilidade, respeito aos direitos humanos e valorização das cadeias produtivas locais.

A segunda etapa metodológica envolveu a construção e aplicação de um questionário próprio, estruturado com base nos princípios da economia solidária, nos

marcos teóricos debatidos ao longo da pesquisa e, sobretudo, na experiência acumulada nos processos de extensão universitária. Esse instrumento metodológico surgiu a partir de uma leitura crítica ao formulário oficial do CADSOL, com o objetivo de incorporar dimensões que não são contempladas na estrutura institucional vigente. Assim, foram incluídas questões voltadas a compreender os vínculos de solidariedade entre os empreendimentos, os impactos sociais e comunitários gerados, o grau de autonomia coletiva nas decisões, as práticas culturais e ambientais valorizadas pelos grupos, bem como as dificuldades enfrentadas na permanência das atividades.

A elaboração do questionário buscou respeitar as realidades específicas dos grupos participantes do ECOFEIRAS, partindo do princípio da escuta sensível e do reconhecimento das experiências concretas como fonte legítima de conhecimento. As perguntas foram organizadas em blocos temáticos, alinhados aos objetivos analíticos da pesquisa, permitindo uma compreensão mais integral das práticas autogestionárias, dos desafios enfrentados no cotidiano e das estratégias coletivas de resistência e inovação socioproductiva.

A seguir, apresenta-se a tabela com as perguntas que compõem o questionário elaborado para esta pesquisa, estruturada conforme os eixos temáticos discutidos neste estudo.

**Tabela – Perguntas do Questionário Aplicado**

Nº	Pergunta	Tipo	Objetivo
1	O dinheiro que entra no grupo é dividido entre vocês de forma justa, combinada por todos, sem alguém ganhar mais só por ter mais “poder” ou “posição”?	Objetiva	Avaliar a partilha democrática dos resultados financeiros

2	No grupo, vocês se ajudam? Por exemplo, fazem formações juntos, trocam aprendizados ou ajudam financeiramente quando alguém precisa?	Objetiva	Verificar a solidariedade interna no grupo
3	O principal objetivo do grupo é trabalhar e gerar renda juntos, ou cada um pensa mais no lucro individual?	Objetiva	Certificar que a economia solidária é o foco principal
4	As pessoas do grupo participam das atividades e decisões, ou tem alguém “mandando” como um patrão?	Objetiva	Diferenciar a ES de modelos tradicionais de emprego
5	O grupo prefere se juntar com outros grupos para cooperar, ou costuma competir sozinho no mercado?	Objetiva	Identificar a presença de redes de colaboração
6	Como vocês tomam decisões dentro do grupo? Todos têm a mesma chance de falar e decidir?	Subjetiva	Investigar a aplicação da autogestão

7	O grupo faz alguma ação que ajuda a comunidade onde está? Como por exemplo feiras, formações, campanhas ou outro tipo de atividade?	Subjetiva	Medir o impacto social do empreendimento
8	Quais são as maiores dificuldades que vocês enfrentam para manter a cooperação e a autogestão no grupo?	Subjetiva	Identificar desafios enfrentados pelos grupos
9	No dia a dia, como vocês colocam em prática valores como solidariedade, ajuda mútua, responsabilidade com a comunidade e o meio ambiente?	Subjetiva	Entender como os valores solidários são vivenciados
10	O grupo tem alguma prática de cuidado com o meio ambiente ou com a comunidade? Quais ações vocês fazem nesse sentido?	Subjetiva	Examinar compromisso ambiental e social

A aplicação do questionário foi realizada de forma presencial, durante as feiras do ECOFEIRAS nos dois primeiros dias úteis do mês de Abril de 2025, com sete grupos comparecendo, sendo respondido pelos seus representantes. A opção pela aplicação presencial decorre da experiência do autor de conhecer as limitações já no acesso a ferramentas digitais por parte de muitos grupos solidários que fazem parte da feira, além da importância da escuta direta e da construção de vínculos para garantir respostas mais fidedignas e contextualizadas.

Portanto, a metodologia deste trabalho combina três eixos: (1) análise documental da seção de caracterização dos empreendimentos solidários do CADSOL; (2) observação do autor, a partir da experiência acumulada no campo da economia

solidária; e (3) elaboração e aplicação de um questionário próprio, desenvolvido com base nos princípios da economia solidária, na mesclagem com parte das perguntas do CADSOL e na vivência concreta com os empreendimentos.

A triangulação metodológica entre análise documental, observação do autor e aplicação de questionário próprio permitiu um olhar mais sensível e aprofundado sobre as dinâmicas dos empreendimentos. Mais do que descrever práticas, a proposta metodológica deste trabalho visa fortalecer a escuta e o reconhecimento das realidades locais como ponto de partida para o aprimoramento das políticas públicas e instrumentos como o CADSOL.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta seção, são apresentados os principais achados da pesquisa, a partir da aplicação do questionário aos sete grupos ativos do Projeto ECOFEIRAS. Os dados foram organizados em três categorias analíticas: (1) Organização interna e autogestão; (2) Solidariedade e práticas comunitárias; (3) Sustentabilidade e desafios. A tabulação dos resultados, feita com base nas respostas coletadas presencialmente durante as feiras, permite uma análise mais densa sobre a vivência cotidiana dos princípios da economia solidária.

Os resultados demonstram que, embora todos os grupos apresentem práticas vinculadas à economia solidária, há diferenças significativas na forma como essas práticas são estruturadas e vividas. Essa diversidade exige instrumentos de reconhecimento mais sensíveis e dialógicos do que os atualmente utilizados pelo CADSOL, conforme já indicado por Gaiger (2020) e Santos (2019). A seguir, os dados tabulados são apresentados em tabelas organizadas por categoria, seguidos de análise reflexiva.

##### **4.1 Organização interna e autogestão**

A tabela abaixo apresenta como os grupos participantes do Projeto ECOFEIRAS organizam seus processos de gestão, divisão de recursos e parcerias. Os dados revelam um alinhamento relevante com os princípios da autogestão, ainda que com variações.

Grupo	Divisão justa do dinheiro	Finalidade coletiva	Decisões coletivas	Fazem parcerias
1	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Não	Sim	Sim	Não
5	Não	Sim	Sim	Sim
6	Sim	Sim	Sim	Sim
7	Fundo rotativo	Sim	Sim	Sim

Os dados revelam que todos os grupos adotam práticas de decisão coletiva, utilizando métodos como assembleias, votação e regimentos internos, fortalecendo o que Singer (2002) falava, que os empreendimentos solidários se caracterizam por estruturas democráticas, onde os trabalhadores são também os gestores, participando ativamente das decisões do grupo. Quanto à partilha dos recursos financeiros, quatro grupos indicaram divisão justa, dois afirmaram não realizá-la, e um relatou utilizar fundo rotativo — forma comum na economia solidária, baseada em poupança solidária, empréstimos internos e gestão compartilhada, sem necessariamente implicar repartição direta de lucros — não permitiu compreender com profundidade os motivos que levam à não divisão equitativa. Pode tratar-se, por exemplo, de modelos baseados em revezamento produtivo, momentos de transição organizacional ou dificuldades estruturais.

Essas diferenças indicam que o critério presente no CADSOL, quando redigido de maneira objetiva e sem contextualização, pode gerar interpretações equivocadas sobre a adesão aos princípios da economia solidária. Como ressaltam Laville e Gaiger (2009), a autogestão enfrenta limites concretos em contextos de vulnerabilidade, o que não significa ausência de compromisso com a coletividade, porém encontra limites concretos na dimensão econômica, principalmente quando se trata da partilha dos frutos do trabalho coletivo, exigindo instrumentos mais sensíveis para captar essa complexidade.

#### **4.2 Solidariedade e Práticas Comunitárias**

A segunda tabela sistematiza como a solidariedade é vivida entre os membros dos grupos e também em suas ações voltadas para a comunidade. As respostas reforçam a dimensão comunitária e o enraizamento territorial desses empreendimentos.

Grupo	Ajudam entre si	Solidariedade vivida	Atividades comunitárias
1	Não	Não no momento	Palestras, ações em escolas
2	Sim	Sim, apesar de dificuldades	Cestas básicas, sopão
3	Sim	Sim, princípio central	Doações, oficinas, plantios
4	Sim	Sim, com harmonia	Projetos com mulheres de Mandacaru
5	Sim	Sim, decisões coletivas	Coral e feira
6	Sim	Sim, aprendizados	Doações e preços simbólicos
7	Sim	Sim, mesmo com desafios	Fundo ajuda pessoas de fora

França Filho e Eynaud (2020) apontam que a solidariedade na economia solidária se concretiza em práticas cotidianas de apoio mútuo e responsabilidade compartilhada.

Os dados indicam que seis dos sete grupos praticam ações internas de solidariedade e desenvolvem atividades que impactam positivamente a comunidade, seja por meio de ajuda entre os membros, apoio financeiro, escuta ou ações coletivas.

Apenas um grupo relatou não vivenciar a solidariedade no momento, o que pode estar relacionado a conflitos internos ou desafios específicos. Ainda assim, todos os grupos demonstram algum tipo de articulação social, o que evidencia um compromisso ético com o território onde atuam (EYNAUD et al., 2014) e isso torna visível quando mencionadas práticas como mutirões, feiras solidárias, oficinas educativas, ações de doação de alimentos e cestas básicas, projetos com mulheres periféricas e coral comunitário.

Portanto, observa-se que os grupos analisados não apenas falam em

solidariedade, mas a exercem de modo concreto, inclusive voltando-se para fora dos limites do próprio grupo. Essa dimensão comunitária é uma marca importante do perfil solidário desses empreendimentos.

### 4.3 Sustentabilidade e Desafios

A última tabela apresenta dados sobre a consciência ambiental dos grupos e os principais obstáculos para a manutenção das práticas autogestionárias.

Grupo	Consciência ambiental	Dificuldades
1	Uso de copos próprios	Demandas pessoais
2	Recicla quando pode	Falta de tempo
3	Agroecologia	Tempo e recursos
4	Ecobags, uso de papel	Conflitos (resolvidos com respeito)
5	Preocupação ambiental	Nenhuma relatada
6	Sem agrotóxicos	Falta de tempo e comodismo
7	Transição sustentável	Falta de tempo para expandir

As práticas ambientais variam entre os grupos, mas todos demonstram algum grau de preocupação com a sustentabilidade. Destacam-se ações como uso de ecobags, cultivo agroecológico e substituição de embalagens. Segundo Gaiger (2021), práticas ambientalmente responsáveis são cada vez mais centrais na economia solidária contemporânea.

Sobre os desafios enfrentados, o tempo e a sobrecarga pessoal aparecem como fatores recorrentes, o que revela a necessidade de políticas de apoio que compreendam a realidade concreta desses trabalhadores. Como aponta Lotta (2019), metodologias que respeitam o tempo coletivo e a pluralidade são fundamentais para diagnósticos qualificados neste campo.

Esses dados reforçam a importância do CADSOL analisar questões específicas, especialmente para contemplar práticas que não se encaixam em padrões rígidos, mas que traduzem valores da economia solidária de forma legítima e cotidiana.

### 4.4 Análise de Perfis dos grupos e limites cadsol

Além das análises por categoria, esta seção apresenta uma reflexão mais ampla sobre os perfis dos grupos participantes e os limites identificados no formulário atual do CADSOL. A partir dos dados coletados, observou-se a existência de pelo menos dois perfis distintos entre os empreendimentos solidários do Projeto ECOFEIRAS. Essa diferenciação é fundamental para a formulação de políticas públicas que respeitem os diferentes estágios de desenvolvimento e organização desses grupos.

O primeiro perfil é composto por grupos com estrutura organizacional consolidada, forte identidade solidária e práticas sistematizadas de autogestão, cooperação e impacto comunitário. São grupos que contam com regimentos internos, tomam decisões em assembleia e possuem uma clareza política sobre seu papel no território. A solidariedade é um valor praticado no cotidiano, e há preocupação explícita com a sustentabilidade ambiental. Esse perfil revela um grupo parcialmente amadurecido ou completamente, com maior autonomia e integração institucional.

O segundo perfil agrupa empreendimentos em fase de transição, com práticas híbridas entre o modelo solidário e estruturas tradicionais. São grupos que enfrentam dificuldades na divisão equitativa dos rendimentos, ou na construção de espaços realmente participativos. Apesar de identificarem-se com os princípios da economia solidária, convivem com elementos como a centralização de decisões e fragilidade nas relações de intercooperação. A consciência ambiental também se encontra em processo de construção.

Essa tipologia ajuda a repensar os critérios utilizados nos formulários de reconhecimento institucional. Conforme Gaiger (2020), a diversidade dos empreendimentos exige abordagens diferenciadas, que considerem tanto o estágio organizacional quanto os contextos socioterritoriais em que os grupos atuam. A aplicação de critérios uniformes pode invisibilizar práticas legítimas e excluir iniciativas que operam em realidades complexas e desiguais.

Nesse sentido, uma pergunta-chave emergiu durante o processo de pesquisa, revelando-se útil como indicador simbólico do pertencimento a uma lógica econômica alternativa: “O que é mais importante para o seu grupo: crescer sozinho ou crescer junto com outros grupos?”. Essa questão mobiliza valores coletivos e suas organizações, funcionando como uma espécie de termômetro do compromisso com os princípios da economia solidária. Grupos orientados por uma lógica competitiva tenderiam a priorizar

o crescimento individual e maximização dos lucros e exploração da mão de obras, a economia solidária que é aliada à valorização da cultura local, à sustentabilidade ambiental e ao fortalecimento comunitário, contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais equitativa e comprometida com o bem comum (OLIVEIRA FILHO, 2023), .

A análise dos dados também reforça que, embora o CADSOL contemple critérios importantes como finalidade coletiva e vínculos associativos, entretanto tem limitações ao captar nuances das práticas solidárias, sobretudo no que se refere à solidariedade vivida, ao impacto comunitário e às práticas ambientais. Como afirmam França Filho e Eynaud (2020), a economia solidária demanda formas de gestão pública que dialoguem com os princípios e metodologias específicas do campo, ou seja, diante de algumas fragilidades desse setor, o CADSOL com uma metodologia mais adequada se apresenta como passo necessário para fortalecer as políticas públicas voltadas à economia solidária (FERREIRA; BARBOZA; TOCA, 2024).

A linguagem utilizada no formulário do CADSOL representa outro obstáculo. Termos como “hierarquia patrimonial” ou “divisão igualitária” podem gerar confusões ou interpretações equivocadas por parte de grupos com pouca familiaridade com conceitos técnicos. Isso reforça a necessidade de revisões linguísticas e metodológicas que facilitem o acesso e a compreensão do instrumento. Um exemplo disso foi observado na questão sobre a divisão dos resultados financeiros: três dos sete grupos deram respostas que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas como não alinhadas aos princípios solidários (“não divide igualmente” ou “fundo rotativo”), mas que, na prática, revelam outras formas legítimas de organização econômica coletiva, como o uso de fundos internos, poupança solidária e ciclos rotativos de Caixa, apesar de estarem em plena concordância com os princípios solidários. Esse tipo de limitação pode reforçar exclusão e invisibilização no momento do cadastramento.

O envolvimento de incubadoras, redes locais de apoio e espaços de assessoria técnica, como a INCUBES, surge como alternativa estratégica para superar essas barreiras. Ao atuarem como mediadoras entre os empreendimentos e o Estado, essas instituições podem contribuir para o preenchimento qualificado dos formulários, para a formação política dos grupos e para o fortalecimento das práticas autogestionárias.

Dessa forma, os achados desta pesquisa reafirmam que os critérios do

CADSOL, embora importantes, são insuficientes para dar conta da complexidade da economia solidária. É preciso reconhecer as múltiplas formas de organização e os contextos diversos em que esses grupos atuam. Como já enfatizado por Santos (2019), a economia solidária não é apenas uma alternativa econômica, ela representa um projeto ético e político de transformação social. Logo, o reconhecimento institucional deve refletir a pluralidade.

Um ponto bastante relevante que emergiu ao longo desta pesquisa, e que merece atenção tanto por parte dos formuladores de políticas públicas quanto pelos responsáveis pela gestão do CADSOL, diz respeito à formalidade dos empreendimentos solidários. Durante o trabalho de campo com os grupos acompanhados pelo Projeto ECOFEIRAS, foi possível perceber uma realidade que, embora comum, ainda é pouco compreendida institucionalmente: dos 7 grupos que participaram da feira, apenas 3 possuem formalização jurídica. Quando consideramos o universo total de 14 grupos, esse número sobe apenas para 4.

Mesmo assim, o que se observou nos demais grupos foi algo extremamente significativo: todos eles operam a partir de regras coletivamente acordadas, prezam pela convivência solidária e demonstram práticas consistentes de autogestão, cooperação e ajuda mútua. Ou seja, a ausência de formalização jurídica não significa ausência de organização ou de compromisso com os princípios da economia solidária.

Essa constatação coloca em xeque uma concepção bastante presente nas políticas públicas, que tende a vincular o reconhecimento institucional de um empreendimento à sua formalização legal. É claro que a formalização traz benefícios importantes, como acesso a editais, linhas de crédito e políticas públicas estruturantes. No entanto, como bem apontam Eynaud e França Filho (2020), a economia solidária desafia a racionalidade tecnocrática dominante, justamente porque muitas de suas formas de organização são horizontais, informais e profundamente enraizadas em vínculos comunitários.

Para os autores, restringir o reconhecimento apenas àqueles que se adequam à lógica burocrática tradicional é uma forma de silenciar uma parte essencial desse campo, um exemplo disso é que durante a pandemia, os grupos de economia solidária desempenharam papel crucial ao garantir o consumo básico das famílias em territórios empobrecidos, demonstrando sua importância enquanto estratégia comunitária de resiliência econômica (FERREIRA; BARBOZA; TOCA, 2024).

Hoje, o próprio CADSOL exige que os grupos apresentem comprovações documentais de participação em fóruns, vínculos com incubadoras ou inserção em redes solidárias. Embora esses critérios sejam importantes para fins de articulação e visibilidade, eles não dão conta da complexidade dos grupos informais, que muitas

vezes atuam de forma legítima, respondendo às necessidades de seus territórios, mesmo sem registro formal. Essa limitação foi percebida tanto nas entrevistas quanto nos formulários aplicados durante esta pesquisa.

Isso nos leva a uma provocação necessária: será que a exigência da formalização, nos moldes atuais, não acaba excluindo justamente os grupos que mais precisam ser reconhecidos? Em contextos de vulnerabilidade social e ausência de suporte técnico, ter um CNPJ ou um estatuto registrado pode ser uma barreira quase intransponível. Como alertam Gaiger (2021) e Laville (2009), é fundamental que o reconhecimento da economia solidária esteja vinculado às práticas concretas e aos princípios que a sustentam, e não apenas à sua adequação a formatos legais.

Isso não significa que a formalização deva ser descartada — longe disso. Ela pode e deve fazer parte do processo de fortalecimento dos grupos. Mas é preciso que venha acompanhada de mediação pedagógica, flexibilidade institucional e caminhos simplificados de acesso. Alguns editais da Lei Paulo Gustavo, por exemplo, trouxeram experiências exitosas ao permitirem a participação de coletivos informais por meio de declarações comunitárias ou parcerias com instituições públicas.

Em vez de excluir, o desafio está em criar mecanismos que acolham essa pluralidade organizacional. O CADSOL, nesse contexto, poderia assumir um papel estratégico como principal instrumento de reconhecimento dos grupos informais, oferecendo uma alternativa legítima de visibilidade institucional. Para isso, seria necessário revisar seus critérios, acolhendo a diversidade de formas organizativas e reconhecendo que, na economia solidária, a informalidade também é expressão de resistência, criatividade e autogestão coletiva.

Com base na experiência de campo, nas reflexões construídas ao longo da pesquisa e nas escutas realizadas junto aos empreendimentos acompanhados, alguns caminhos possíveis se evidenciam para tornar o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) mais aderente à realidade do campo da economia solidária. Tais apontamentos não devem ser lidos como propostas formais, mas como pistas que emergem da prática e que podem contribuir para o aprimoramento de instrumentos públicos de reconhecimento.

1. Atenção à linguagem empregada nas perguntas: simplificar os termos e contextualizar conceitos técnicos pode facilitar significativamente o entendimento por parte dos grupos, sobretudo os que não têm familiaridade com expressões como “hierarquia patrimonial” ou “finalidade coletiva”.
2. Incorporação de dimensões subjetivas e relacionais: incluir perguntas que tratem da solidariedade cotidiana e da cooperação interna, como por exemplo “Como o grupo se organiza para ajudar membros em dificuldade?” ou “O grupo já participou de ações voltadas à comunidade?”, pode ampliar a compreensão sobre as práticas que sustentam a lógica solidária.
3. Valorização de práticas ambientais: reconhecer experiências de reaproveitamento de materiais, produção agroecológica, e ações sustentáveis no cotidiano dos grupos permite ao CADSOL captar aspectos que são centrais para muitos empreendimentos, mas que hoje passam invisíveis no cadastro.
4. Previsão de espaços para justificativas complementares: permitir que os grupos expliquem respostas que não se enquadram em opções fechadas pode evitar interpretações equivocadas e assegurar que as particularidades sejam consideradas com mais profundidade.
5. Reconhecimento da importância dos atores locais de apoio: incubadoras, redes de assessoria técnica e coletivos territoriais têm desempenhado um papel fundamental na mediação entre os grupos e as políticas públicas. Considerar sua presença e atuação como elementos que qualificam a escuta e o preenchimento dos dados pode fortalecer ainda mais o processo.

Mais do que mudanças estruturais, esses caminhos apontam para a necessidade de uma abordagem mais sensível e dialógica, que reconheça os saberes locais, respeite os tempos dos grupos e valorize as múltiplas formas de organização existentes na economia solidária. Afinal, tornar o CADSOL mais plural é também reafirmar que a política pública pode e deve ser construída a partir da escuta ativa e do compromisso com a diversidade dos sujeitos que a constroem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado neste Trabalho de Conclusão de Curso, surgem reflexões profundas sobre o rumo da economia solidária em sua forma institucional. A partir das experiências vividas ao longo de cinco anos de atuação nesse campo, torna-se evidente a necessidade de um olhar mais sensível para determinadas questões estruturais. Os constantes diálogos com os grupos e a participação em diferentes espaços ligados à economia solidária revelaram nuances complexas que vão além do que foi possível capturar neste trabalho. São desafios que atravessam diversas esferas, como o acesso à tecnologia, à cidadania digital e à estrutura das políticas públicas.

Um desses desafios é o acesso às plataformas digitais governamentais. Muitos dos sujeitos envolvidos nesse campo enfrentam dificuldades práticas com o uso de ferramentas digitais como o aplicativo do gov.br, seja pela ausência de documentos atualizados que permitam o reconhecimento facial, seja pelo esquecimento de senhas e e-mails criados, muitas vezes, durante a pandemia. Isso é especialmente recorrente entre idosos e adultos com baixa familiaridade com o mundo digital. Um exemplo emblemático dessa realidade é o fato de que, para acessar a cartilha do CADSOL no site oficial do governo, é preciso logar no Outlook institucional — o que representa mais um obstáculo para quem já encontra dificuldades no básico.

Esse contexto reforça a urgência de um processo de renovação geracional dentro da economia solidária. De forma indireta, é isso que este trabalho também aponta: a juventude precisa estar presente nesse campo. O CADSOL, ao ser ajustado e aprimorado, pode se tornar um instrumento estratégico para preencher essa lacuna. Como extensionista, vejo o papel das incubadoras universitárias como essencial nesse processo. São elas que reúnem estudantes com potencial de atuação direta nos territórios, e é preciso que haja uma articulação efetiva para que a formação desses jovens se dê a partir das práticas da economia solidária, seja por meio de projetos de extensão, cursos livres, estágios ou programas de apoio institucional.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, novos acontecimentos se somaram às reflexões aqui registradas. Foi publicado o edital de Agentes Territoriais de Economia Solidária, que ainda está em fase de seleção, e que poderá contribuir significativamente para a facilitação do processo de cadastro dos grupos no CADSOL,

por meio do mapeamento de campo e do contato direto com os territórios. Além disso, foi publicada a Portaria nº 481, de 28 de março de 2025, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que regulamenta oficialmente o funcionamento do CADSOL e estabelece diretrizes mais claras sobre sua operacionalização e objetivos. Trata-se de um marco importante para a institucionalização da política nacional de economia solidária.

Dessa forma, considero que este trabalho alcançou o objetivo proposto. Apesar das limitações de tempo e das múltiplas atividades que exerço, foi possível visibilizar desafios concretos enfrentados pelos grupos e apresentar subsídios valiosos aos gestores públicos e às instâncias responsáveis pela formulação de políticas públicas para a economia solidária. É evidente que o trabalho poderia ter se aprofundado em pontos específicos ou aproveitado ainda mais minha rede de contatos e experiências, como a participação na conferência estadual de economia solidária. No entanto, encerro essa etapa com a certeza de que a caminhada durante o curso e a vivência no movimento fizeram sentido. Este trabalho não está solto: ele está fincado em uma trajetória, em um pertencimento e em um compromisso com a transformação social.

Deixo aqui, portanto, um convite para que outras pessoas possam dar continuidade a essa análise ou promover novos debates. E reafirmo meu compromisso: continuarei atuando neste campo, aplicando os aprendizados construídos neste trabalho — seja como extensionista, como delegado da Paraíba na Conferência Nacional de Economia Solidária, como integrante da comissão estadual do CADSOL, como assessor dos grupos ou como gestor público comprometido com a justiça social.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, J.; MATOS, R. A economia solidária e a inclusão produtiva: desafios para o reconhecimento dos empreendimentos no Brasil. *Revista Brasileira de Economia Solidária*, v. 12, n. 1, p. 56–72, 2022.

ANJOS, J.; RAMOS, M. Um estudo tipológico baseado nos atributos dos trabalhadores(as) da economia solidária para o aperfeiçoamento das políticas públicas de geração de trabalho e renda. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 20, n. 1, p. 45–67, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230025>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AZEVEDO, M.; MORAIS, A.; CHIARIELLO, C. Solidariedade e formação comunitária em tempos de crise. *Revista Economistas*, Brasília, n. 50, p. 27–31, out./dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/115068.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/115068.htm). Acesso em: 10 mar. 2025.

CUNHA, G. C. *Economia Solidária e Políticas Públicas: os desafios da institucionalização no Brasil*. São Paulo: USP, 2002.

FERREIRA, A. A.; BARBOZA, M. B. da S.; TOCA, R. M. A economia solidária precisa estar no pensamento macroeconômico. *Caderno Especial de Economia Solidária. Revista Economistas*, Brasília, p. 6–11, out./dez. 2024.

FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, P. *Solidariedade e Organizações: pensar uma outra gestão*. São Paulo: Editora da USP, 2020.

GAIGER, L. I. *Modelos de Empreendimentos Econômicos Solidários: uma tipologia com base em dados nacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J.-L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KRAYCHETE, E. *Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável*. Salvador: EDUFBA, 2021.

LAVILLE, J.-L.; SALMON, A. *Economia Solidária e Transformação Social*. Lisboa: Edições 70, 2016.

OLIVEIRA, I.; BARBOZA, M.; CARNEIRO, V. O Enlaces como ferramenta na divulgação e promoção da economia solidária. *Revista Economistas*, Brasília, n. 50, p. 28–32, out./dez. 2023.

OLIVEIRA FILHO, M. A. M. B. de. Economia solidária e decolonialidade. *Revista Economistas*, Brasília, n. 50, p. 6–9, out./dez. 2023.

SANTOS, B. S. *A Economia Solidária como Alternativa Sistêmica*. Coimbra: Editora Almedina, 2019.

SILVA, S. P. *Dinâmicas da Economia Solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2018.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WE-B-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VARGAS, L.; ALMEIDA, A. *Economia Solidária no Brasil: práticas e políticas públicas*. Campinas: Unicamp, 2010.

---

*Emitido em 02/06/2025*

**DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 01/2025 - CCSA - CGP (11.00.52.01)**  
**(Nº do Documento: 42)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 02/06/2025 11:21 )*  
YLUSKA MAGALHAES GUEDES BRITO ALMEIDA  
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO  
1679264

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:  
**42**, ano: **2025**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:  
**02/06/2025** e o código de verificação: **8c11ce1edf**